

HABEAS CORPUS Nº 515.166 - GO (2019/0167391-7)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : CARLOS ADAN DOS SANTOS JARDIM
ADVOGADO : CARLOS ADAN DOS SANTOS JARDIM - GO035727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : KAMILA DE SENA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de KAMILA DE SENA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5094854.11.2019.8.09.0000).

Depreende-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva da paciente pela suposta prática do crime de tráfico de entorpecentes, no bojo da denominada Operação Naftalina (e-STJ fls. 41/48).

Segundo consta da referida decisão, a paciente e os demais réus seriam integrantes de organização criminosa voltada, principalmente, ao tráfico de entorpecentes, com ramificações no Estado de Goiás e em outros estados da Federação.

Posteriormente, foi indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva (e-STJ fls. 49/51).

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão cuja ementa foi assim definida (e-STJ fl. 93):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. TESES DE ILEGALIDADE DA PRISÃO, PREDICADOS PESSOAIS ABONADORES E COMINAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de temáticas idênticas a outras já analisadas e julgadas anteriormente, por constituir reiteração de pretensão liberatória, com os mesmos fundamentos. 2. EXCESSO DE PRAZO. COMPLEXIDADE DO FEITO. RAZOABILIDADE. Não configura coação ilegal a extrapolção do prazo previsto para a formação da culpa com fulcro no princípio da razoabilidade, em razão da complexidade do feito, com pluralidade de delitos e necessidade de expedição de carta precatória, mormente porque inexistente desídia da máquina judiciária. 3. PRETENSÃO DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A CORRÊ. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. Ausentes nos autos

elementos para apreciação segura de que a concessão de liberdade a corré não foi de caráter exclusivamente pessoal e de que é possível estendê-la à paciente, não há como analisar o pedido de extensão de benefícios. ORDEM DENEGADA.

Neste *writ*, a defesa sustenta, em linhas gerais, a carência de fundamentação da decisão que decretou a prisão preventiva da paciente, bem como a desnecessidade de imposição da medida cautelar na hipótese.

Pondera, nesse sentido, que a paciente possui circunstâncias pessoais favoráveis e que seriam cabíveis medidas cautelares diversas da prisão.

Afirma, ademais, a existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, liminarmente, o relaxamento da prisão da paciente e, no mérito, a concessão da ordem para revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao

tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

